

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Fiscalização de Pessoal
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

Instituidor: JOSÉ PEREIRA DA ROCHA
CPF: 009.650.061-15 - **Matrícula:** 3522X
Tipo de Ato: PENSÃO MILITAR - **Processo:** 54001580/2007
Cargo: Segundo-Sargento
Número do Ato: 003400-7
Órgão de Origem: Polícia Militar do DF (PMDF)
Possui excepcionalidade!

Senhor Diretor,

Examina-se, na oportunidade, a legalidade do ato de pensão militar legada pelo praça PM em epígrafe, falecido na inatividade (em 12/10/2007), **optante** pela contribuição adicional prevista no artigo 36, §3º, inciso I, da Lei nº 10.486/02 (com a redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 10.556/02).

2. Na análise de sua alçada, o Controle Interno não identificou impropriedades, na essência, razão pela qual opinou pela **legalidade** da presente concessão, sem embargo de informar “*que as filhas maiores do casal somente usufruirão do benefício após o óbito da mãe delas, conforme orientação da Decisão n.º 662/2010-TCDF*” e aduzir ressalva acerca de procedimentos corretivos formais que a Corporação deveria realizar em registros do ato eletrônico em questão.

3. A pensão foi deferida em favor da Srª CORINA MARIA DE MOURA PEREIRA, viúva do instituidor, e de suas filhas maiores VANESSA DE MOURA SANTIAGO, VANUSA DE MOURA PEREIRA, VÂNIA DE MOURA PEREIRA e TÂNIA MARIA DE MOURA PEREIRA, consoante ato publicado no DODF de 12/09/2012 e retificado no DODF de 26/09/2012, sendo o benefício pensional destinado, integralmente, à viúva.

4. Nesse quadro, a concessão guarda conformidade com entendimento consubstanciado nas Decisões nº 662/2010, nº 6.598/2010 e nº 1.577/2011, no sentido de que o início do pagamento da pensão militar concedida às filhas maiores de mesmo leito com base no art. 36, §3º, inciso I, da Lei nº 10.486/02, com redação da Lei nº 10.556/02, somente se dará após a extinção da beneficiária de primeira ordem, isso, frise-se, no caso de concessão de pensão em que inexistente como beneficiária filha maior de outro leito, como na vertente hipótese. Em outras palavras, as filhas maiores podem ser incluídas como beneficiárias no ato original da pensão, porém, inicialmente, não participam do rateio.

5. Cotejando os dados do ato em comento com registros do SIGRH, além do e-TCDF, da RAIS, dos Portais do TCU e da Transparência Federal (CGU), não se verificou, ao menos a princípio, nenhuma significativa incompatibilidade que pudesse obstar a análise do mérito da concessão. No entanto, o ato concessivo da pensão carece de nova retificação,

dessa feita, apenas para incluir o inciso I ao §3º do art. 36 da Lei nº 10.486/02 (com a redação dada pelo artigo 4º da Lei nº 10.556/02).

6. Noutro giro, oportuno registrar que a reforma do instituidor da pensão (por ter atingido, em 14/11/2003, a idade-limite de permanência na reserva remunerada), tratada no Processo nº 12627/2019-e, tramita em análise conjunta com o presente feito.

7. Ao instruir aqueles autos, esta unidade técnica destacou haver no ato eletrônico em tela registro de excepcionalidade relacionada ao fato de se tratar (o instituidor da pensão) de anistiado político pelo Ministério da Justiça, com possível contagem de tempo de contribuição além do período anistiado. Observou-se, de fato, editada a Portaria MJ nº 2.272, de 09/12/2003 (publicada no DOU de 11/12/2003 - Seção 1, pg. 101), pela qual o Sr. José Pereira da Rocha foi declarado anistiado político militar (das Forças Armadas), sendo-lhe reconhecido nessa condição, ademais, uma série de direitos subjetivos expressos no art. 1º da Lei nº 10.559/02 (que instituiu o Regime do Anistiado Político).

8. Outrossim, em pesquisa realizada no **site** do Ministério da Defesa, verificou-se que o nome do policial militar distrital reformado (identificado por seu CPF, de nº 009.650.061-15) constava associado à indigitada portaria concessiva de anistia e inserido na folha de pagamento do Comando da Aeronáutica, com indicação de pagamento de correspondente reparação econômica mensal, permanente e continuada prevista na Lei nº 10.559/02 (que estaria sendo recebido por dependentes seus devidamente habilitados junto àquele Comando).

9. Ressaltou-se, de outra parte, que o ex-militar, ao ser transferido a pedido para a reserva remunerada da PMDF, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, utilizou tempo de serviço averbado efetivamente prestado à Força Aérea Brasileira (FAB), referente ao período de 03/02/1964 a 03/02/1972 (aqui visto registrado na aba “Tempos”).

10. Nesse contexto, e à luz do Regime Jurídico do Anistiado Político, vislumbrou-se possível ocorrência de controvérsia concernente a eventual acumulação da reparação econômica mensal, permanente e continuada estabelecida pela Lei nº 10.559/02 com os proventos de inatividade oriundos do vínculo com a PMDF, sem olvidar de questionamento acerca de potencial utilização concomitante do tempo de serviço efetivamente prestado à FAB para obtenção de ambos os benefícios.

11. No entanto, como a situação jurídico-funcional do ex-militar anistiado junto ao Ministério da Defesa ainda não se encontrava devidamente evidenciada naqueles autos (quanto a ter sido porventura reintegrado no quadro de inativos do Comando da Aeronáutica, com eventual concessão de reforma, ou apenas lhe ter sido assegurado o pagamento da aludida reparação econômica, sem se estabelecer o vínculo jurídico como inativo), houve por bem esta unidade técnica propor realização de diligência preliminar em busca da verdade material.

12. Destarte, considerando que as questões a serem posteriormente tratadas naqueles autos poderão configurar óbice à legalidade da reforma do falecido militar e, por conseguinte, impactar a concessão da pensão militar em tela, revela-se de todo pertinente pugnar pelo sobrestamento de seu exame de mérito, enquanto pendente aquela apreciação.

13. Em razão do exposto, sugere-se o **sobrestamento** da análise de mérito do ato de pensão militar em comento, no aguardo do equacionamento das questões suscitadas no processo de reforma do instituidor (de nº 12627/2019-e).

À consideração superior.

Brasília, 04 de Setembro de 2019

CLÁUDIO ROBERTO PINTO RIBEIRO - Mat. nº 4171

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 16:36:00 - 17/09/2019